

TERMO DE QUITAÇÃO

Pelo presente instrumento, as partes abaixo descritas e qualificadas:

FUNDAÇÃO RENOVA, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 25.135.507/0001-83, com sede na Avenida Getúlio Vargas, nº 671, 4º andar, Belo Horizonte/MG, CEP 30.112-021, representada neste ato por [●], [cargo], CPF nº [●], RG nº [●] e [●], [cargo], CPF nº [●] e RG nº [●], neste ato denominada **FUNDAÇÃO**;

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.200.358/0001-81, com sede na Av. Mário Gurgel, S/N – Jardim América-Cariacica- ES - CEP 29.140-130, representada neste ato por seu Diretor Presidente, Alaimar Ribeiro Rodrigues Fiuza, CPF 001.750.193-03; neste ato denominado **IEMA**;

CONSIDERANDO que em 02 de março de 2016 foi celebrado o Termo de Transação de Ajustamento de Conduta ("TTAC") que previu, dentre outras questões, a instituição da **FUNDAÇÃO**, sem fins lucrativos, com estrutura própria de governança, fiscalização e controle, para gestão e execução de medidas previstas nos programas socioeconômicos e socioambientais decorrentes do rompimento da barragem de Fundão e do galgamento da Barragem de Santarém, ambas localizadas no complexo minerário de Germano, distrito de Bento Rodrigues, Município de Mariana, Estado de Minas Gerais, ocorrido no dia 5 de novembro de 2015, doravante designado apenas como ROMPIMENTO;

CONSIDERANDO que as Cláusulas 141 a 143 do TTAC estabeleceram que a **FUNDAÇÃO** deverá planejar, elaborar e executar as medidas necessárias para o cumprimento do *Programa de Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários*, doravante denominado apenas PROGRAMA;

CONSIDERANDO que gastos e alocações extraordinárias são obrigações assumidas por entes públicos em função de ações, serviços realizados por terceiros e/ ou produtos adquiridos no período emergencial logo após o ROMPIMENTO (~~período entre 05 de novembro de 2015 a 31 de março de 2016~~), que resultaram em uma obrigação ou um dispêndio financeiro junto a terceiros ("ALOCAÇÕES E GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS");

CONSIDERANDO que extraordinário refere-se a Imprevisto; qualidade do que só se faz em circunstâncias anormais; despesa extraordinária, trabalho extraordinário que ultrapassa as despesas habituais ou orçadas; imprevisíveis, em situações de comoção interna ou calamidade pública, ~~como as incorridas no período entre 05 de novembro de 2015 a 31 de março de 2017~~, e que, por serem urgentes e inadiáveis, não podem esperar o processo prévio de autorização legal;

~~CONSIDERANDO que, nos termos da Cláusula 141, a FUNDAÇÃO deverá ressarcir os COMPROMITENTES pelos gastos extraordinários decorrentes do ROMPIMENTO, devidamente comprovados por meio de documentos oficiais, dentre os quais notas de empenho de despesas e declaração de autoridade competente, conforme ANEXO, no valor de R\$27.463.793,00 (Vinte e sete milhões, quatrocentos e sessenta e três mil, setecentos e noventa e três reais). Devidamente atualizado pelo IPCA, deste a data da despesa até o efetivo pagamento, observada a política de Compliance da FUNDAÇÃO.~~

Comentado [ms1]: Isso já ocorreu no primeiro ressarcimento, sugestão é excluir este item de considerandos

CONSIDERANDO que, nos termos do parágrafo único da cláusula 143, a **FUNDAÇÃO** deverá ressarcir aos COMPROMITENTES demais gastos extraordinários por eles incorridos em decorrência do ROMPIMENTO a partir da data de assinatura do TTAC – Termo de Transação e Ajustamento de Conduta.

RESOLVEM subscrever o presente **TERMO DE QUITAÇÃO** em relação ao ressarcimento dos GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS, ~~no período de março de 2016 a maio de 2018~~, conforme deliberação CIF 428/2020, decorrentes do ROMPIMENTO.

1. ~~O IEMA e a A FUNDAÇÃO~~ RENOVA indeniza o IEMA no valor total de R\$ (valor XXXXXXXX), devidamente corrigido pelo IPCA por meio de (forma de pagamento), totalizando o valor acima, a título de ressarcimento de gastos públicos extraordinários. ~~acordam o pagamento da segunda ao primeiro, a título de ressarcimento de ALOCAÇÕES E GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS decorrentes do ROMPIMENTO, no valor total de R\$ [VALORXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)], devidamente corrigido pelo IPCA por meio de [forma de pagamento], totalizando o valor destacado acima:~~

Comentado [MDFBCR2]:

1.1. As disposições constantes do presente TERMO surtirão efeitos após efetivação do pagamento do previsto no *caput*.

1.2. O presente TERMO possui alcance exclusivo em relação aos ressarcimentos previstos nas **Cláusulas 143** do TTAC, sendo aplicável exclusivamente às ALOCAÇÕES E GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS decorrentes do ROMPIMENTO no período ~~emergencial~~ compreendido entre ~~março de 2016 a maio de 2018~~ ~~05 de novembro de 2015 e 31 de março de 2017~~, tudo conforme estabelecido nas Diretrizes Básicas para Ressarcimento, expedidas pela Fundação Renova em outubro de 2017 (SEQ4500/2017/GJU - Documento SEI Ibama nº 0356586) e aprovado pelas Deliberações CIF nº 85 e nº 171, e Proposta de Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários (Fundação Renova) levantados pelos Órgãos Públicos Estaduais e Federais (v. set/2020) em atendimento à Deliberação 428/2020., sendo certo, portanto, que não haverá ressarcimento futuro por parte da FUNDAÇÃO de qualquer despesa que vier a ser apontada ~~pelo IEMA~~ como ALOCAÇÕES E GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS, ~~no período entre março de 2016 e maio de 2018~~, decorrentes do ROMPIMENTO ~~pelo IEMA~~.

2. A FUNDAÇÃO exime-se integralmente de qualquer destinação incorreta dos recursos financeiros ora repassados ~~pelo por parte do~~ IEMA, bem como declara que os valores pagos a título de ALOCAÇÕES E GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS decorrentes do ROMPIMENTO não configuram atos lesivos à Lei Federal nº 12.846/2016 e Lei Federal 8.429/1992.

3. O IEMA declara a veracidade, integridade e idoneidade das informações, documentos e valores informados à FUNDAÇÃO, e declara ainda que estes valores estão em conformidade com os critérios definidos no documento "Diretrizes Básicas para Ressarcimento" de outubro de 2017 (SEQ4500/2017/GJU - Documento SEI Ibama nº 0356586) e aprovado pelas Deliberações CIF nº 85 e nº 171 e Proposta de Ressarcimento dos Gastos Públicos Extraordinários (Fundação Renova) levantados pelos Órgãos Públicos Estaduais e Federais (v. set/2020) em atendimento à Deliberação 428/2020.

4. O IEMA e a FUNDAÇÃO em todas as suas atividades relacionadas a este TERMO ~~se comprometem, a observar, a todo tempo~~, todos os regulamentos e as leis antissuborno e anticorrupção aplicáveis ~~ao mesmo à FUNDAÇÃO~~ e asseguram~~rá~~ que nenhum de seus funcionários, administradores, diretores ou agentes, oferecerá, pagará ou fornecerá (ou autorizará o pagamento ou fornecimento), direta ou

indiretamente, dinheiro ou qualquer coisa de valor a qualquer (a) pessoa que trabalhe ou exerça um cargo público ou em empresa controlada direta ou indiretamente por um governo, seja ele nacional ou estrangeiro, ainda que de forma transitória ou sem remuneração; (b) empregado, diretor, representante ou qualquer pessoa agindo com capacidade oficial por ou em nome de uma Autoridade Governamental; (c) membro da assembleia ou comitê ou empregado envolvido no cumprimento do dever público conforme as leis e os regulamentos aplicáveis, independentemente de ter sido eleito ou nomeado, tal como vereador, deputado (federal ou estadual) ou senador; (d) funcionário do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, independentemente de ter sido eleito ou nomeado, tal como secretário municipal ou estadual, ministro do governo, ministro de tribunais superiores, juiz, desembargador, promotor, defensor, procurador, advogado geral da União, prefeito ou governador; (e) funcionário ou pessoa que detenha cargo em partido político; (f) candidato a cargo público; (g) pessoa que detenha qualquer outro cargo oficial, cerimonial ou que seja nomeada ou tenha herdado cargo do governo ou em qualquer de suas agências; (h) diretor ou empregado de organização internacional (incluindo, porém sem a esses se limitar, o Banco Mundial, as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OCDE); (i) pessoa que seja ou alegue intermediária atuando em nome de um Funcionário do Governo; (j) pessoa que, ainda que não seja um Funcionário do Governo, seja equiparada a tal em virtude de lei aplicável; ou (k) funcionário de empresa estatal ou de economia mista com o intuito de:

- a. Influenciar qualquer ato ou decisão de tal pessoa em sua capacidade oficial;
- b. Induzir tal pessoa a agir (seja por ação ou omissão) em violação de seu dever legal;
- c. Obter qualquer vantagem indevida;
- d. Induzir tal pessoa a usar a sua influência para afetar ou influenciar qualquer ato ou decisão de uma autoridade governamental; ou
- e. Auxiliar o IEMA ou quaisquer das partes a obter ou reter negócios com, ou a canalizar negócios para qualquer pessoa.

4.1. Para fins desta Cláusula:

4.1.1. Funcionário de Governo significa: (a) pessoa que trabalhe ou exerça um cargo em órgão público ou em empresa controlada direta ou indiretamente por um governo, seja ele nacional ou

estrangeiro, ainda que de forma transitória ou sem remuneração; (b) empregado, diretor, representante ou qualquer pessoa agindo com capacidade oficial por ou em nome de uma Autoridade Governamental (conforme definida a seguir); (c) membro de assembleia ou comitê ou empregado envolvido no cumprimento do dever público conforme as leis e os regulamentos aplicáveis, independentemente de ter sido eleito ou nomeado, tal como vereador, deputado (federal ou estadual) ou senador; (d) funcionário do Legislativo, do Executivo ou do Judiciário, independentemente de ter sido eleito ou nomeado, tal como secretário municipal ou estadual, ministro de governo, ministro de tribunais superiores, juiz, desembargador, promotor, defensor, procurador, advogado geral da União, prefeito ou governador; (e) funcionário ou pessoa que detenha cargo em partido político; (f) candidato a cargo político; (g) pessoa que detenha qualquer outro cargo oficial, cerimonial ou que seja nomeada ou tenha herdado cargo em governo ou em qualquer de suas agências; (h) diretor ou empregado de organização internacional (incluindo, porém sem a esses se limitar, o Banco Mundial, as Nações Unidas, o Fundo Monetário Internacional e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico- OCDE); (i) pessoa que seja ou alegue ser intermediária atuando em nome de um Funcionário de Governo; (j) pessoa que, ainda que não seja um Funcionário de Governo, seja equiparada a tal em virtude de lei aplicável; ou (k) funcionário de empresa estatal ou de economia mista.

4.1.2. Autoridade Governamental significa: (a) Entidade Governamental (conforme definida abaixo); (b) órgão governamental, conselho, comissão, tribunal ou agência, quer seja civil ou militar, de qualquer Entidade Governamental, seja como for constituído; (c) associação, organização, negócio ou empreendimento que pertence ou é controlado por uma Entidade Governamental; ou (d) partido político.

4.1.3. Entidade Governamental significa qualquer organismo supranacional, governo nacional, estadual, municipal ou local (incluindo qualquer tribunal, agência administrativa ou comissão)

ou qualquer tribunal arbitral ou órgão paraestatal ou privado que exerça autoridade regulatória, judicial ou administrativa.

5. Diante do pagamento ora pactuado, o IEMA outorga a mais firme, integral, irrevogável e final quitação a ~~ALOCAÇÕES E GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS~~ relativos ao período compreendido entre março de 2016 a maio de 2018, em favor da FUNDAÇÃO, da SAMARCO MINERAÇÃO SA., da VALE S.A., da BHP BILLITON BRASIL LTDA, bem como de todas as entidades que sejam direta ou indiretamente relacionadas e/ou ligadas às mesmas, com validade e eficácia no Brasil e em qualquer outra jurisdição estrangeira, com relação à cláusula 141 e 143 do TTAC. ~~e a todos e quaisquer valores relativos ao ressarcimento de ALOCAÇÕES E GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS decorrentes do ROMPIMENTO.~~

~~6. O IEMA declara que a presente quitação é firme, integral e final em relação às ALOCAÇÕES E GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS decorrentes do ROMPIMENTO e que nada mais reclamará em decorrência da Cláusula 141 e 143 do TTAC.~~

7. O IEMA, neste ato, se compromete a não cobrar os valores referentes ao objeto deste TERMO em eventuais ações judiciais ~~de qualquer natureza~~ que venha a ajuizar, no Brasil ou no exterior, ~~e administrativas~~, perante ao CIF ou a Câmara Técnica de Economia e Inovação (CTEI). ~~e as PARTES acordam neste ato que buscarão em boa-fé entendimento extrajudicial para resolução de questões relativas aos termos constantes no TTAC.~~

8. Acordam as PARTES, neste ato, que buscarão entendimento extrajudicial para resolução de conflitos relativos aos termos constantes no TTAC.

~~8. Face ao pagamento ora pactuado e considerando o ressarcimento integral pela FUNDAÇÃO de ALOCAÇÕES E GASTOS PÚBLICOS EXTRAORDINÁRIOS decorrentes do ROMPIMENTO, o IEMA expressamente reconhece e acorda que não possui mais qualquer direito e que se absterá de exercer, formular ou perseguir qualquer demanda perante o CIF ou a Câmara Técnica de Economia e Inovação (CTEI), qualquer ação ou recurso de qualquer natureza, sejam civis, penais ou administrativos, perante qualquer tribunal ou jurisdição, a fim de questionar os valores ressarcidos no âmbito da Cláusula 141 e 143 do TTAC.~~

9. Pelo presente instrumento, o IEMA e a FUNDAÇÃO ainda declaram que compreendem integralmente os termos do presente instrumento e seus efeitos legais, não fazendo quaisquer reservas acerca do seu conteúdo.

10. Fica eleito o Juízo da 12ª Vara Federal em Belo Horizonte/MG para dirimir quaisquer questões resultantes do presente instrumento, com renúncia expressa a qualquer outro foro, por mais privilegiado que possa ser, nos termos da Cláusula 255 do TTAC e Cláusula Parágrafo Segundo da Cláusula Centésima Terceira do TAC Governança, celebrado em 25 de junho de 2018.

E, por estarem assim justas e acertadas, assinam o instrumento em 3 (três) vias de igual teor, para os mesmos efeitos de direito.

Belo Horizonte/MG, [diaXX de mêsXXX de ano20XX].

IEMA

Instituto Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos - IEMA

FUNDAÇÃO RENOVA



FUNDAÇÃO RENOVA



Testemunhas:

1. _____

Nome:

CPF:

2. _____

Nome:

CPF: